

VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
28 a 31 de outubro de 2007 • Salvador • Bahia • Brasil

GT 3 – Mediação, Circulação e Uso da Informação
Comunicação oral

MEDIAÇÃO CULTURAL E DA INFORMAÇÃO
Considerações socioculturais e políticas em torno de um conceito

CULTURAL AND INFORMATION MEDIATION
Sociocultural and politics considerations around a concept

Marco Antônio de Almeida (Ciências da Informação e Documentação – FFCLRP/USP; PPGCI-ECA/USP,
marcoaa@ffclrp.usp.br)

Resumo: O trabalho propõe uma breve reflexão sobre os usos dos termos mediação e mediador. Para discutir o papel do mediador a partir de uma perspectiva política e cultural da atividade de mediação, retoma algumas das idéias de Gramsci acerca das noções de cultura e hegemonia e sua incorporação pela corrente dos estudos culturais ingleses. Aponta para a recepção de ambos no contexto dos estudos sobre comunicação e cultura na América Latina e no Brasil. Em seguida, examina alguns dos paradoxos e desafios decorrentes das dinâmicas da “sociedade da informação” em confronto com essas contribuições, para refletir um pouco sobre concepções e aplicações possíveis do conceito de mediação no âmbito da CI e de sua relação com a sociedade.

Palavras-chave: Mediação. Informação. Cultura. Política. Sociedade da informação.

Abstract: *The work considers one brief reflection on the uses of the terms mediation and mediator. To argue the paper of the mediator from a perspective cultural and politics of the activity of mediation, it retakes some of the ideas of Gramsci concerning the culture and hegemony and its incorporation for the chain of the English cultural studies. It points with respect to the reception of both in the context of the studies on communication and culture in Latin America and Brazil. After that, it examines some of the paradoxes and decurrent challenges of the dynamic of the “information society” in confrontation with these contributions, to reflect a little on conceptions and possible applications of the concept of mediation in the scope of the CI and of its relation with the society.*

Keywords: *Mediation. Information. Culture. Politics. Information Society.*

1. Introdução

Existem conceitos-chave que, por força de sua abrangência temática e do acúmulo de discussões a seu respeito, acabaram por se impor à comunidade intelectual mais ampla, independentemente de consensos a seu respeito: sociedade, cultura, comunicação, informação. Outros conceitos, por sua vez, passam a circular com uma certa frequência no âmbito de determinados ambientes acadêmicos, a partir de momentos difíceis de serem circunscritos, exibindo uma naturalidade que muitas vezes esconde a falta de discussões mais aprofundadas acerca de suas aplicações, limites e paradoxos. Esse me parece ser o caso, atualmente, dos conceitos aparentados de mediação cultural e mediação da informação no âmbito da Ciência da Informação no Brasil.

Para as Ciências Sociais, a noção de mediação está intrinsecamente ligada às chamadas “teorias da ação”. Nesse sentido, “ações sociais são sempre parte de sistemas mais amplos e de processos de compreensão intersubjetiva, o que introduz a questão do papel do agente (‘mediação humana’) nos processos através dos quais as ações são coordenadas.” (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996, p. 03). A ação é sempre situada e analisada na esfera da vida pública; nesse sentido, a comunicação é um fenômeno que parece fundamentar a ação (vale lembrar aqui as implicações que Habermas retira desse fato em sua teoria da ação comunicativa). As mediações são, nessa perspectiva, as conexões que se estabelecem entre as ações sociais e as motivações (individuais/coletivas). Ainda nessa linha, consideremos a seguinte definição de mediação: “Processo de interlocução ou interação entre os membros de uma comunidade, pelo qual se estabelece, alimentam ou restabelecem laços de sociabilidade, constituindo assim o mundo da vida. A linguagem e a ação comum são os fatores privilegiados de mediação.” (RODRIGUES, 2000, p. 84). Essa última definição sintoniza-se com o que Davallon considera como um dos sentidos de senso comum atribuído à idéia de mediação: a ação de servir de intermediário ou de ser o que serve de intermediário. Cristaliza-se aqui a concepção de que essa ação não é o estabelecimento de uma simples relação entre dois termos de mesmo nível, mas que em si ela é produtora de um “algo a mais”, de um estado mais satisfatório (DAVALLON, 2003).

De um ponto de vista impressionista – e, portanto, passível de engano –, diria que foi essa perspectiva que se generalizou, a idéia de que o “cientista da informação” (independentemente dele eventualmente preferir ser chamado de bibliotecário, arquivista, museólogo ou outra definição profissional) cumpriria uma função de “mediador”. Também me incluo entre os que sugeriram essa possibilidade, em outras situações e trabalhos. Esse texto não configura um *mea culpa*, mas uma tentativa de tentar compreender e justificar com maior embasamento essa perspectiva. A idéia de mediação acaba por cobrir coisas tão diferentes entre si, que vão das velhas concepções de “atendimento ao usuário” à atividade de um agente cultural em uma dada instituição – museu, biblioteca, arquivo, centro cultural –, à construção de produtos destinados a introduzir o público num determinado universo de informações e vivências (arte, educação, ecologia, por exemplo), à elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e comunicação, etc. Desse modo, uma definição consensual de mediação parece impraticável: sempre contextualizada, torna-se um conceito plástico que estende suas fronteiras para dar conta de realidades muito diferentes entre si. (DAVALLON, 2003)

Nos breves pontos elencados acima, vislumbram-se consideráveis desafios dos pontos de vista intelectual e político compreendidos no conceito de “mediação”. Em que medida a Ciência da Informação está – ou pretenderia estar – a altura desses desafios? Caberia aqui, portanto, um primeiro esclarecimento de base: o que se entende, afinal, por “mediação” e qual a relação que se estabelece, a partir daí, com a função/papel de “mediador”? Quais as implicações, não apenas técnicas, mas também culturais, econômicas e políticas desse papel?

Este trabalho não pretende ser um exercício etimológico da origem do termo, nem tampouco fazer um levantamento histórico do surgimento e incorporação desse conceito no campo da Ciência da Informação no Brasil. Sua intenção, mais modesta, é, a partir de algumas questões suscitadas pela utilização desse conceito, apontar pontos de intersecção e diálogos entre autores e problemáticas, traçando assim um esboço inicial de uma discussão voltada para a reflexão sobre seus usos no âmbito da Ciência da Informação brasileira.

Para discutir o papel do mediador a partir de uma perspectiva político-cultural da atividade de mediação, proporei um caminho que retoma algumas das idéias de Gramsci acerca das noções de cultura e hegemonia, sua posterior incorporação pelos *Cultural Studies* ingleses¹ e a recepção de ambos no contexto dos estudos sobre comunicação e cultura popular na América Latina e no Brasil. Em seguida, examinarei alguns dos paradoxos e desafios que se desenham a partir das dinâmicas da “sociedade da informação” (ou do “conhecimento”) em confronto com essas contribuições, para refletir um pouco sobre concepções possíveis do conceito de mediação no âmbito da CI brasileira e sua relação com a sociedade.

2. Gramsci, os *cultural studies* e a revisão do papel da cultura

De origem camponesa, Antonio Gramsci (Sardenha, Itália, 1891-1937), envolve-se com a organização operária em Turim, a partir de 1911. Defensor do pacifismo durante a 1ª guerra mundial, organizou conselhos de fábrica e participou da fundação do Partido Comunista Italiano em 1921. Sua oposição à Mussolini e ao fascismo levou-o à prisão em fins de 1926. Libertado em 1937, com a saúde precária, morre logo em seguida.

Gramsci concebe o marxismo como estando ainda em formação. Seu diálogo é com os revisionistas idealistas de um lado (especialmente com o filósofo italiano Benedetto Croce), e de outro, com o dogmatismo positivista do marxismo “vulgar”. Uma de suas principais contribuições no âmbito da teoria marxista é a de repensar as relações entre uma estrutura determinante (modo de produção) e uma superestrutura determinada (instituições jurídicas e políticas, formas de consciência, práticas políticas e culturais). A análise cultural, nessa chave, buscava revelar os mecanismos de *falseamento, ilusão, não-consciência*, mostrando como a superestrutura não era meramente o *reflexo*, mas a *mediação* das relações de produção.

A revisão gramsciana da teoria cultural marxista considera os diversos aspectos relacionados ao conceito de *ideologia*: 1) um sistema de crenças característico de uma classe ou grupo; 2) um sistema de crenças ilusórias - idéias falsas ou consciência falsa -, que se pode contrastar com o conhecimento verdadeiro ou científico; 3) o processo geral da produção de significados e idéias. Nessa perspectiva, para Gramsci, “todos os homens são filósofos”, na medida em que participam de uma concepção de mundo de um dado grupo social. Ele aponta os campos onde pode ser investigada essa “filosofia espontânea”: 1) na própria linguagem; 2) no senso comum e no “bom senso”; 3) na religião popular e em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de operar que se apresentam no que se chamava geralmente por “folclore”. Desse modo, aponta novas perspectivas para se pensar as relações entre ideologia, cultura e política:

Onde a maioria dos teóricos da ideologia pensam apenas no pensamento sistemático, ou se aplicam ao máximo para sistematizar formas de ideologia a fim de ressaltar sua coerência, Gramsci tem plena consciência da maneira pela qual a ideologia é uma “relação vivida”. [...] Ele é talvez o primeiro marxista a examinar seriamente a ideologia em seus “níveis mais baixos” como sendo a acumulação de “conhecimentos” populares e as maneiras de ocupar-se com a vida cotidiana – o que ele chama de “senso comum”. (HALL *et alli*, 1983, p. 65)

Uma contribuição capital de Gramsci passa pelo conceito de *hegemonia*, que pode ser entendida como sinônimo de cultura em sentido amplo, sobretudo de cultura em sociedade de classes, já que leva em conta o domínio e a subordinação *efetivamente vividos* de determinadas classes. A hegemonia é um processo, não podendo nunca ser singular –

corresponde à toda uma gama de processos e relações complexas. Dessa forma, a hegemonia não é total ou exclusiva, o que leva ao conceito correlato de *contra-hegemonia*.

Finalmente, outro importante conceito explorado por Gramsci é o de intelectual *orgânico*. Ele distingue diferentes tipos de intelectuais, mas todos possuem em comum um vínculo mais ou menos estreito com uma determinada classe social. Já nessa formulação Gramsci salienta o fato de que a *organicidade* da relação entre os intelectuais e a classe por eles representada não é mecânica, visto que ele não é um mero “reflexo” da estrutura sócio-econômica, mas possui uma certa autonomia em relação a ela. Em larga medida, o intelectual encarna a autoconsciência cultural e a auto-crítica da classe dominante, a percepção consciente de suas forças e fraquezas. (GRAMSCI, 1980)

De todo modo, os intelectuais constituem uma camada diferenciada socialmente, ligada às classes economicamente dominantes que controlam a estrutura, e encarregada da elaboração e gerenciamento da superestrutura que fornecerá a esta classe dominante a homogeneidade da estrutura social em um dado contexto histórico (o chamado “bloco histórico”). Desse modo, os “velhos intelectuais” eram os elementos organizadores de sociedades fundamentalmente camponesas e artesanais. A ascensão do capitalismo implicou na organização do Estado e do comércio, da reestruturação do sistema produtivo com a introdução da indústria e de novas tecnologias de transporte e comunicação. Surge assim um novo tipo de intelectual: o quadro técnico, o especialista da ciência aplicada, o administrador-burocrata. Talvez possamos começar a pensar no que seria uma configuração inicial de um “mediador” a partir dessa matriz do pensamento gramsciano.

O conjunto das contribuições de Gramsci exercerá importante influência nas discussões sobre o pensamento marxista do Pós-Guerra, em especial no âmbito da “Nova Esquerda” européia. No caso da Inglaterra, as primeiras contribuições virão dos estudos literários e históricos, por meio das contribuições de autores como Raymond Williams (*Cultura e Sociedade*, 1958), Richard Hoggart (*Os usos da cultura*, 1957) e Edward P. Thompson (*A formação da classe operária inglesa*, 1963). Apesar dessas obras seminais, Williams chama a atenção para o fato de que os *cultural studies* começaram menos como um empreendimento intelectual (ainda que de caráter marginal em relação ao *curriculum* hegemônico das universidades da época) e mais como um projeto político: a necessidade de estabelecer uma educação democrática para as classes populares excluídas do acesso a ela. Nesse sentido, os três foram “intelectuais orgânicos” no sentido gramsciano do termo, trabalhando como professores da Workers’ Educational Association (WEA), uma organização de esquerda voltada para a educação de trabalhadores, com aulas noturnas. (CEVASCO, 2003)

Em 1964 foi fundado o Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), dirigido por Hoggart e vinculado ao Departamento de Língua Inglesa da Universidade de Birmigham e considerado o foco condensador e disseminador dos *cultural studies*. Sua organização tendia à democratização do ensino universitário, e procurava-se, sempre que possível, a ligação entre pesquisa e grupos sociais. As idéias de Gramsci desempenharam importante influência nesse processo. Richard Johnson, 3º presidente do CCCS, assinala essa contribuição:

Nos escritos de Gramsci, o estudo da cultura a partir do ponto de vista da produção transforma-se em um interesse mais geral com as dimensões culturais das lutas e das estratégias como um todo. [...] Gramsci foi talvez o primeiro importante teórico marxista e líder comunista a considerar as culturas das classes populares como objeto de estudo sério e de prática política. Todas as características mais modernas da organização da cultura também começam a aparecer nesse trabalho: ele fala dos organizadores/produtores culturais não apenas como pequenos grupos de “intelectuais”, de acordo com o velho modelo revolucionário ou bolchevique, mas como estratos sociais inteiros, concentrados em torno de instituições particulares – escolas, faculdades, a lei, a imprensa, as burocracias estatais e os partidos políticos. (JOHNSON, 2006, p. 55)

Como observa Johnson, os anos iniciais de atividade dos intelectuais ligados à “Nova Esquerda” – as décadas de 50 e 60 – foi marcada por um conjunto inédito de relações entre os sujeitos e os “objetos” da pesquisa, especialmente ao longo das relações de classe. Nessa primeira etapa, a atenção dos pesquisadores se voltou para as subculturas, as condutas desviantes, as sociabilidades dos trabalhadores, a música, a escola e a linguagem. A contribuição de Gramsci é fundamental, especialmente a partir do conceito de hegemonia: os meios de comunicação e as tecnologias não eram estudados como meros instrumentos de manipulação e controle da classe dirigente, mas como agentes da reprodução cultural, considerando-se assim sua natureza complexa e sua dinâmica ativa na constituição da hegemonia. O destaque era dado aos intercâmbios e interações complexas entre as culturas populares e a cultura hegemônica, aos processos de incorporação, reprodução e resistência.

Para Stuart Hall, 2º presidente do CCCS, a perspectiva política dos *cultural studies* no contexto britânico dos anos 70 era produzir “intelectuais orgânicos” alinhados com um movimento histórico emergente – muito embora, como confessa Hall, não se vislumbrasse, naquele momento ou agora, onde se encontrava esse movimento. Segundo ele, “éramos intelectuais orgânicos sem qualquer ponto orgânico de referência”. Entretanto, ele destaca outro aspecto da definição de Gramsci de trabalho intelectual, o fato dele se realizar em duas frentes, teórica e política. Assim,

O segundo aspecto é igualmente crucial: o intelectual orgânico não pode subtrair-se da responsabilidade da transmissão dessas idéias, desse conhecimento, através da função intelectual, aos que não pertencem, profissionalmente, à classe intelectual. A não ser que essas duas frentes estejam operando simultaneamente, ou pelo menos a não ser que essas duas ambições façam parte do projeto dos estudos culturais, qualquer avanço teórico nunca será acompanhado por um envolvimento no nível do projeto político (HALL, 2003, p. 207.)

A consolidação dos estudos culturais se deu nos anos 70, quando o Centro de Birmingham era presidido por Hall. Nesse período ficou evidente que o projeto do CCCS se caracterizava pela pesquisa e pelo posicionamento político de esquerda, evidenciado nas intervenções críticas e nas propostas de construção de políticas culturais populares. O modelo de intelectual orgânico de Gramsci – alguém que tivesse um envolvimento visceral e não apenas profissional ou acadêmico com os problemas – era o padrão almejado. Muitas das melhores contribuições do Centro foram proporcionadas por estudos que mostram como gênero e raça são definidos culturalmente de modo a colocar em desvantagem as mulheres e os grupos minoritários. (SHULMAN, 2006) Com a ascensão do governo conservador de Margareth Thatcher no final da década, essa postura só irá se consolidar.

Em larga medida, a influência dos *cultural studies* ainda permanece, exercendo influência para além da cena inglesa, nos EUA, na América Latina e Ásia, apesar das críticas à sua dispersão temática, paradigmática e política.² A grande contribuição dos *cultural studies* foi a análise crítica das indústrias culturais e dos aparelhos ideológicos de Estado, gerando uma reflexão sobre a influência e o papel estrutural dessas indústrias e aparelhos nas formações culturais das classes populares e dos grupos minoritários.

3-) A recepção de Gramsci e dos *cultural studies* na América Latina e no Brasil

No panorama mais geral da América Latina, uma primeira recepção do pensamento de Gramsci se deu no contexto da construção de frentes nacional-populares pela defesa da soberania nacional contra o imperialismo, que se apoiaram numa combinação de algumas de suas teses com outras oriundas da Teoria da Dependência, servindo também como inspiração para a construção de programas de educação popular. No caso mais específico do Brasil, a recepção de Gramsci se deu nos anos 60, mas foi precocemente interrompida pela censura da ditadura militar. Essa escassa repercussão durou até meados dos anos 70, quando seus livros

começaram a ser reeditados, no contexto da abertura (“lenta, gradual e segura”, como se dizia então), e da autocrítica da esquerda que buscava novos modelos.

No plano propriamente acadêmico-intelectual – que não pode ser, entretanto, totalmente separado do cenário político institucional mais amplo –, a recepção de Gramsci e dos *cultural studies* ingleses é quase concomitante. Como testemunha Beatriz Sarlo, a leitura de Williams e dos estudos culturais apresentava-se como uma alternativa intelectual e política à influência dos teóricos franceses vinculados ao estruturalismo. A relação inextricável entre cultura e política proposta por Williams permitia vislumbrar uma possibilidade de ação intelectual que, ao se desenvolver, também adquiria uma significação pública:

Mas não se tratava simplesmente de uma questão prática. Na resistência de Williams a traçar limites nítidos entre esferas, no seu *culturalismo*, podia ser encontrada uma via que conservasse o melhor de uma leitura também culturalista de Gramsci (que tinha sido, então, objeto de reciclagens “althusserianas”) e, ao mesmo tempo, restituísse à cultura uma independência com relação às mais fortes determinações sociais e políticas. Em suma: podia-se imaginar que natureza social da cultura era um problema para ser resolvido e não um ponto de partida em que tudo já estava resolvido. (SARLO, 1997, p. 88)

Os *cultural studies* e a releitura de Gramsci – especialmente suas contribuições em torno do conceito de hegemonia – encontraram na América Latina condições socioculturais propícias para seu desenvolvimento, especialmente a partir da década de 80. Em primeiro lugar, havia a experiência de países sob regimes autoritários, onde a resistência floresceu em lugares geralmente não considerados pelas análises tradicionais (comunidades cristãs, movimentos artísticos, entidades de defesa dos direitos humanos, etc.), onde o plano simbólico da cultura desempenhava papel importante. Em segundo lugar, nesse momento ocorria também uma ampliação da dinâmica da escolarização e da implantação de meios de comunicação massivos. Como aponta Jesús Martín-Barbero,

Abre-se assim ao debate um novo horizonte de problemas, no qual estão redefinidos os sentidos tanto da cultura quanto da política, e do qual a problemática da comunicação não participa apenas a título temático e quantitativo – os enormes interesses econômicos que movem as empresas de comunicação – mas também qualitativo: na redefinição da cultura, é fundamental a *compreensão de sua natureza comunicativa*. Isso é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 287)

No caso do Brasil, outro momento marcante da recepção das idéias gramscianas foi a realização, em 1981, em São Paulo, do IV Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, promovido pela INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), tendo como tema “Comunicação, hegemonia e contra-comunicação”, que instava os participantes a pensarem nas possibilidades de construção de uma contra-hegemonia em relação aos meios de comunicação de massa no contexto da abertura política. (LINS DA SILVA, 1982). Pouquíssimo tempo depois, em uma palestra apresentada no XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado em janeiro de 1982 em João Pessoa, na Paraíba, Paulo Freire conclamava o público presente a pensar na posição estratégica que as bibliotecas poderiam desempenhar num projeto de emancipação cultural e política das classes populares. A biblioteca popular, pensada antes como centro cultural e não como depósito de livros, permitiria uma ampliação e intensificação das habilidades dos leitores, assegurando-lhes a correta forma de ler o texto em relação com o contexto. Desse modo,

A forma como atua uma biblioteca popular, a constituição do seu acervo, as atividades que podem ser desenvolvidas no seu interior e a partir dela, tudo isso, indiscutivelmente, tem que ver com técnicas, métodos, processos, previsões

orçamentárias, pessoal auxiliar, mas, sobretudo, tudo isso tem que ver com uma certa política cultural. Não há neutralidade aqui também. (FREIRE, 1983, p. 41)

No decorrer da década de 80 circulam, principalmente nas faculdades de comunicação, tanto nos cursos de graduação como nos de pós-graduação, a produção de pesquisadores brasileiros e latino-americanos ligados a essa perspectiva que vê a cultura como processo de construção da hegemonia. Minha hipótese é que esteja aí um dos pontos de partida da construção dos conceitos de mediação cultural e de mediação da informação.

Em obra de final dos anos 70, Néstor Garcia Canclini reflete sobre a relação entre arte e cultura popular, incorporando as noções de hegemonia e de intelectual orgânico de Gramsci para repensar o papel do artista naquela situação:

A redefinição do intelectual, formulada por Gramsci, é útil para precisar esse novo conceito do artista e de sua situação social. Gramsci afirmava que todos os homens, qualquer que seja sua ocupação, devem enfrentar diariamente problemas que lhe exigem uma concepção do mundo e uma revisão da conduta que a expressa. [...] Se transferirmos isso para a redefinição do conceito de artista, podemos dizer que este não é o que faz obras de arte separadas dos demais objetos, mas o que desenvolve a criatividade sensível e imaginária no interior da produção e dos grupos sociais que a realizam. (CANCLINI, 1980, p. 201)

Canclini chama a atenção, posteriormente, para o desmoronamento das fronteiras entre o erudito e o popular através dos processos comunicacionais e políticos massivos, que reorganizam sob novas regras o hegemônico e o subalterno. Sem desconsiderar os processos de estratificação social, ele critica a vinculação rígida de classes sociais a estratos culturais com repertórios fixos de bens simbólicos, chamando a atenção para a circulação mais fluída e complexa que se estabelece agora: “só sugerimos que a reorganização dos cenários culturais e o cruzamento das identidades levam a perguntar-se de outro modo pelas ordens que regem as relações entre os grupos.” (CANCLINI, 1990, p. 235)

Também pensando no contexto cultural e político das classes populares, Jesús Martín-Barbero reflete sobre qual seria o papel de um mediador cultural, recuperando alguns dos traços do intelectual orgânico gramsciano:

Nesse momento a comunicação cultural deixa de assumir a figura do intermediário entre criadores e consumidores para assumir a tarefa do mediador que atua na abolição das barreiras e das exclusões sociais e simbólicas, no deslocamento do horizonte informativo das obras para as experiências e as práticas e na desterritorialidade das múltiplas possibilidades da produção cultural. É óbvio que a nossa proposta não é a de uma política que abandone a ação de difundir ou dar acesso às obras e, sim, a de crítica a uma política que faz da sua difusão o seu modelo e a sua forma. (MARTÍN-BARBERO, 1993, p. 34)

Parece possível supor um diálogo entre as concepções destes autores e algumas das elaborações de Teixeira Coelho em torno dos temas da ação e da mediação cultural. Esse autor aponta para a atuação dos centros de cultura na década de 70 e sua contribuição para a discussão sobre a ação cultural como instrumento privilegiado de atuação, mostrando que “o desejo de fazer da arte e da cultura instrumentos deliberados de mudança do homem e do mundo permanecem – sob o novo rótulo de ‘ação cultural’” (COELHO, 1989, p. 08). Posteriormente ele aprofundará o tratamento dado ao tema, definindo da seguinte maneira o conceito de *mediação cultural*:

Processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte. Essa aproximação é feita com o objetivo de facilitar a compreensão da obra, seu conhecimento sensível e intelectual – com o que se desenvolvem apreciadores ou espectadores, na busca de formação de públicos para a cultura ou de iniciar esses indivíduos e coletividades na prática efetiva de uma determinada atividade cultural. [...] Os diferentes níveis em que essas atividades podem ser desenvolvidas caracterizam modos diversos da mediação cultural, como a *ação cultural*, a *animação cultural* e a *fabricação cultural*. Diz-se

ainda que os meios de comunicação, sendo por um lado eles mesmos produtos culturais acabados que se apresentam como fins em si, operam uma mediação entre os diversos segmentos e modos culturais da sociedade. (COELHO, 1997, p. 248)

Longe de encerrar a polissemia do conceito de mediação cultural, a definição acima aponta para mais um elemento problematizador: o papel das tecnologias nesses processos sociocomunicacionais, tornado mais evidente com a explosão das “novas” tecnologias de informação e comunicação. Eis aqui um gancho para refletirmos sobre alguns paradoxos dos processos de mediação no âmbito de uma “Sociedade da Informação”.

4. Mediação cultural e da informação: alguns paradoxos e desafios contemporâneos

O contexto social das interações comunicacionais na história humana pouco se modificou, até o século XV, quando predominaram as interações face a face. A partir do século XV ocorre não apenas a instituição de novas redes de transmissão, mas o surgimento de novas formas de interação e novos tipos de relacionamento social, com a difusão da Imprensa e a dinamização do comércio e dos deslocamentos relacionados. Com o surgimento de novos meios de comunicação, especialmente a partir do séc. XIX, a interação social passa a se dissociar do ambiente físico. Segundo John Thompson, o intercâmbio de informação e conteúdo simbólico sofre uma profunda mudança com as inovações tecnológicas (imprensa e, posteriormente, meios eletrônicos): as interações face a face cedam cada vez mais espaço para as interações mediadas e as “interações quase mediadas” – as relações que as pessoas estabelecem com os conteúdos dos meios. Para ele, as pessoas passam a considerar cada vez mais outras fontes de informação além das pessoas com as quais interagem diretamente no cotidiano: “a criação e a renovação das tradições são processos que se tornam sempre mais interligados ao intercâmbio simbólico mediado.” (THOMPSON, 1998, p. 82) A organização social da “interação quase mediada” é uma maneira de interpretar o processo de institucionalização da informação com o objetivo de garantir a construção e reprodução do conhecimento considerado socialmente relevante. Estabelece-se uma relação entre instituições e papéis sociais, e a adequação do comportamento a estruturas previamente definidas.

A tremenda expansão de materiais simbólicos decorrentes do desenvolvimento dos MCM enriquece e acentua a organização reflexiva das identidades, através da incorporação de materiais mediados a uma coerente e contínua revisão da narrativa biográfica. O recurso a estruturas de compreensão relativamente estáveis (como a tradição oral), ligadas a locais particulares, torna-se cada vez mais difícil e rara. As possibilidades abertas podem ser inquietantes, na medida em que permitem aos indivíduos uma reflexão crítica sobre si mesmos e suas reais condições de vida, ou deixa-os a mercê de conteúdos simbólicos criados e definidos por terceiros, a partir de outros objetivos e interesses:

O conhecimento local é suplementado, e sempre mais substituído, por novas formas de conhecimento não locais que são fixadas num substrato material, reproduzidas tecnicamente e transmitidas pela mídia. O conhecimento técnico é gradualmente separado das relações de poder estabelecidas pela interação face à face, a medida que os indivíduos vão sendo capazes de ter acesso a novas formas de conhecimentos não mais transmitidos face à face. Os horizontes de compreensão dos indivíduos se alargam; eles não se estreitam mais nos padrões de interação face à face, mas são modelados pela expansão das redes de comunicação mediada. (THOMPSON, 1998, p. 184)

Esse contexto da “Sociedade da Informação” apresenta desafios consideráveis para se repensar, a partir da noção de hegemonia como processo cultural, o processo de mediação – cultural e da informação – e o papel dos mediadores. Dada a complexidade dos aspectos envolvidos, abordarei brevemente três pontos, entre vários possíveis, que me parecem merecer uma reflexão por parte da Ciência da Informação.

O primeiro ponto a ser considerado é a concepção de mediação como produto/resultante da ação dos meios de comunicação e informação. Em artigo bastante conhecido, Michael Buckland faz uma distinção entre “informação como processo”, “informação como conhecimento” e “informação como coisa”. (BUCKLAND, 1991). Ele dá especial atenção à terceira definição, por considerar que a “informação como coisa” é a única forma de informação que é diretamente tratada pelos sistemas de informação. Os indivíduos, em sua concepção, não são informados exclusivamente por meio da comunicação intencional, mas pelo contato com uma grande variedade de objetos (há, aqui, notáveis correspondências com o que Thompson chama de “interação quase mediada”). Essa é, entretanto, uma distinção heurística; ele sabe que, concretamente, a “informação como coisa” se constitui a partir de relações e interações com os movimentos da “informação como processo” e da “informação como conhecimento”. Se os sistemas de informação atuam como mediadores materiais, a sua constituição (a partir da passagem de tangíveis para intangíveis e vice-versa, na terminologia de Buckland) aponta para uma mediação humana, que muitas vezes é esquecida na discussão sobre as novas tecnologias de informação e comunicação. A dinâmica implícita na relação entre as três definições de informação é obliterada, e a materialização da “informação como coisa” é cristalizada nos sistemas “técnicos” de informação que surgem como panacéias mágicas e “neutras” para os problemas distintos, mas concomitantes, de acesso à/excesso de informação.

Dominique Wolton, ao discutir os desafios específicos das novas tecnologias, salienta que as técnicas não bastam, por si só, para criar a comunicação. Ou seja, há que se considerar a oposição entre a velocidade da informação e o vagar da comunicação, entre a performance técnica e as dificuldades da intercompreensão entre indivíduos e coletividades reais. Lembra a necessidade de uma reflexão acerca do *tipo* de informação produzida por estes sistemas técnicos. Em outras palavras, a relação/oposição entre a facilidade de acesso e competência para a assimilação e a manipulação de informações e conhecimentos. Contrapõe-se, desse modo, à uma corrente (inspirada principalmente nas obras de Pierre Lévy), que aclama a liberdade irrestrita aberta pela internet e que permitiria aos indivíduos escapar ao jugo dos especialistas e consultar *diretamente* as fontes de informação. Wolton chama a atenção para os *intermediários* e seu papel de facilitadores ao acesso da informação e do conhecimento, colocando-se na contracorrente da ideologia de valorização do *it yourself*, do faça você mesmo. Na sua concepção, esses mediadores seriam

Os professores, assim como os *documentalistas*, sobre os quais eu não canso de repetir que se trata de uma profissão essencial, largamente desvalorizada, e indispensável no futuro para se navegar nas redes, pois qualquer um que já tenha experimentado compreende as dificuldades e as limitações. *Aliás, começa-se a perceber a força de emancipação e de progresso que existe no estatuto dos intermediários*. A emancipação não reside mais em suprimir os intermediários, mas, ao contrário, em reconhecer o seu papel. (WOLTON, 2003, p.136, grifos meus)

Competências cognitivas são fundamentais para que os indivíduos contextualizem a informação e a utilizem, o que remete à velha questão das desigualdades culturais/educacionais. Para Wolton, é aqui que mais facilmente se percebe a mistificação da idéia de “rede” vista como símbolo de liberdade; não há, entretanto, rede sem escolha, sem organização, sem hierarquia, já que os conhecimentos não existem fora de um contexto social, nem se reorganizam de maneira aleatória. Isso remete a questões relativas à “proteção” da informação, à problemática do poder, aos limites de toda e qualquer comunicação, à saturação da informação gerada pela expansão das redes. Desse modo, desde o século XVIII, a questão permanece: como articular a emancipação do indivíduo e sua inclusão na coletividade? Um modelo a ser recuperado daquele momento histórico, que permite pensar melhor o estatuto das novas técnicas, é o da *vulgarização*.

A idéia era a de construir mediações entre uns e outros, entre aqueles que sabem e os que não sabem. *Os intermediários eram os instrumentos de emancipação*. Mas tratava-se de homens e não de tecnologias. Hoje alguns acreditam que mediatização é sinônimo de mediação, e que as técnicas podem fazer ainda melhor que os homens. [...] Existe na realidade no projeto de vulgarização uma teoria da emancipação e de transferência de competências muito mais elaborada do que na idéia atualmente dominante segundo a qual quanto menos houver intermediários mais se é livre. (WOLTON, 2003, p. 147)

A utopia/distopia contemporânea da internet como um tipo de curto-circuito cultural também deve ser ponderada: se de um lado temos a multiplicidade de informações e de acessos a novos sites e domínios, por outro lado é importante lembrar que uma das características dessa cibercultura – a velocidade, o constante fazer e desfazer –, choca-se com um dos aspectos da Cultura, que é o da sua permanência/duração. Torna-se necessário repensar não só a dialética tradição/ inovação, como também repensar o papel que podem desempenhar os meios de comunicação e as novas tecnologias na configuração de um possível espaço público democrático em nossas sociedades. Como a tecnologia é incorporada na sociabilidade e no diálogo público, e que tipo de laços ela produz? De que maneira as pessoas se submetem ou re-inventam os usos da tecnologia e como isso modifica sua relação com as representações e valores sociais “dominantes”? A maneira inventiva de lidar com as novas tecnologias de informação e comunicação nos remete a Michel de Certeau e sua análise das práticas dos usuários (*usagers*). À produção informática e midiática – racional, centralizada, espetacular – corresponde uma outra produção, qualificada por Certeau de *consumação* – astuciosa, dispersa, mas que se insinua em todos os lugares, silenciosa e quase invisível, pois não é assinalada por produtos próprios e sim por maneiras de empregar os produtos impostos pela ordem econômica dominante (CERTEAU, 1990). A Internet possuiria o potencial de subverter de alguma maneira essa lógica centralizadora? Em que medida as possibilidades abertas pelos novos formatos de comunicação/informação da WEB configurariam ou representariam tendências sociais? Qual o papel dos mediadores na rede e quais habilidades os indivíduos que o exercessem esse papel deveriam desenvolver?

Inicialmente é importante atentar para a diversidade de conteúdos presentes na WEB: 1-) aplicações tipo serviço (reservas, divulgações, etc.); 2-) aplicações do tipo lazer (jogos, vídeo); 3-) aplicações ligadas à informação-notícia e 4-) aplicações ligadas à informação-conhecimento (bancos de dados). Como observa Wolton,

Esta informação, ao contrário da informação-notícia, é o resultado de um saber e de uma construção. O *dado* só existe após ter sido construído, ele é então arbitrário e reflete diretamente uma relação com o real, quer dizer, uma escolha. [...] Os satélites e a televisão a cabo já oferecem uma expansão da informação tradicional, no quadro da televisão interativa (isto é, por adjunção dos serviços de computadores), prestando uma possibilidade muito maior ao consumidor de escolher sua informação, até mesmo de construí-la, em todo caso de agir em relação a ela. As informações especializadas e os bancos de dados, através da informática doméstica, oferecem o meio para gerar uma quantidade crescente de informações e conhecimentos. (WOLTON, 2003, p.91)

De acordo com Wolton, as desigualdades socioculturais se reencontram na utilização dos quatro serviços, mas é em relação ao *conhecimento* que as diferenças são maiores. A informação já é seletiva por seu próprio conteúdo, mas também pelos procedimentos de pesquisa dos usuários. A forma de construir e apresentar a informação, prevendo os meios para acessá-la, não é universal, estando relacionada aos esquemas culturais de quem a disponibiliza muito mais do que aos esquemas de quem a acessa. Essa constatação demarca a ingenuidade do postulado de uma “neutralidade técnica” da organização da informação, que está por merecer uma discussão mais aprofundada.

O *segundo ponto* a ser considerado é o papel dos mediadores frente às possibilidades abertas (e também fechadas) pelas “novas tecnologias” da sociedade da informação. Aqui haveria a necessidade de um breve excursão, para lembrar que, juntamente com a ascensão das “novas tecnologias” nas últimas quatro décadas, também ocorreram mudanças sociais, econômicas e políticas consideráveis no mundo contemporâneo. Dois aspectos interligados merecem ser mencionados em relação à nossa discussão: mudanças nas formas de representação e atuação política e os impactos da globalização.

O primeiro aspecto relaciona-se com a modificação do papel protagonista do Estado: se para Gramsci e para os estudos culturais ele era o interlocutor privilegiado (e os sistemas de mídia e de educação eram subentendidos nessa discussão dentro do espírito althusseriano dos “aparelhos ideológicos de Estado”), hoje a situação é bastante diferente. De um lado, temos “o mercado” – essa entidade intangível e onipresente, sujeita a freqüentes crises de humor, mas que, de alguma maneira misteriosa aparentemente só compreendida pelos economistas, condiciona fortemente as políticas públicas e as dinâmicas sociais em geral. De outro lado temos novas formas de organização política que transcendem a filiação mais orgânica a uma classe social, modificando a própria agenda política de lutas e recolocando o “cultural” – novamente pensado em termos de construção da hegemonia – em questão.

Para Alberto Melucci, “nos sistemas complexos, a capacidade de intervenção sobre a ordem simbólica não só se generaliza em toda a sociedade, mas se move também em direção ao indivíduo.” (MELUCCI, 2001, p.71). No passado, o pertencimento era pensado em termos de um grupo; agora o indivíduo é o ponto terminal dos processos de regulação. O mundo contemporâneo coloca à disposição dos indivíduos uma gama inédita de recursos simbólicos que estendem seu potencial de individuação (autonomia/auto-realização). Dessa forma, para garantir a própria integração, a sociedade não pode ficar restrita à regulação da apropriação/distribuição de recursos, devendo estender seu controle sobre os níveis simbólicos das ações – as esferas que constituem o sentido e a motivação do agir. Na concepção de Melucci, o desafio dos movimentos é, de um lado, manter a identidade sem deixar a ação coletiva esmorecer ou transformar-se em seita, e, de outro, sem se deixar “cooptar” pela representação política clássica/convencional. Opera-se, assim, uma passagem de uma visão totalizante da política para uma visão específica e necessária. Nas sociedades complexas, a política se torna a possibilidade de mediação entre os interesses para produzir decisões: tradução de relações e interesses, nem sempre paritários em termos de chances de sua realização. A velha distinção esquerda/direita acaba, nessa perspectiva, superada e/ou exaurida.

O conhecimento é um recurso fundamental para os atores conflituais: permite revelar a natureza real das relações sociais por trás das aparências que os aparatos dominantes tendem a impor à vida coletiva. Nas sociedades sempre mais complexas, a *cultura* torna-se o terreno por excelência dos conflitos.

Na sociedade de massa, na qual inexiste a separação rígida das culturas e dos modos de vida, a ideologia tende a se transformar em canal privilegiado de manipulação consensual. Sair da ideologia e produzir conhecimento (conhecimento, capacidade de análise, capacidade de comunicação, auto-reflexibilidade) torna-se um recurso-chave para a ação coletiva. (...) Os espaços de produção do conhecimento são espaços “políticos” nos quais se encontram e se desencontram demandas provenientes dos atores sociais e exigências do sistema. Do mesmo modo, são espaços que caracterizam e difundem informações. Eles fazem parte daquele espaço público no qual podem ocorrer a participação e a representação das identidades coletivas. Na condição, porém, de que permanecem como espaços abertos ao confronto e à negociação dos interesses. Isso advém quando é reconhecida e salvaguardada a autonomia da função que desenvolvem. (MELUCCI, 2001, p. 143)

O campo do discurso público é aquele no qual a palavra dos movimentos pode ser ouvida. Não é um dado, mas a resultante de complexas interações que, nas sociedades

complexas envolve o sistema da mídia – de “produtores” a “consumidores” (considerados por Merlucci numa perspectiva “ativa”). Afasta-se assim a idéia ingênua de que a informação refletiria uma “realidade em si”: a informação, em suas diferentes formas, é “realidade” no sentido em que nossa experiência, contemporaneamente, é quase que inteiramente mediatizada. Justamente pelos mídia, como observa Mellucci. Assim, “os quadros cognitivos e as relações que nos permitem *vivenciar* a realidade dependem das informações de que dispomos. (MELUCCI, 2001, p. 144) Trata-se de tarefa fundamental, portanto, investir cada vez mais no debate sobre os modos pelos quais a realidade é construída por meio da elaboração das mídias e de suas tecnologias. A questão central passa a ser o de maior ou menor visibilidade dos códigos, dos processos decisoriais, da construção das linguagens. Desses processos, em modos e em graus diversos, participam muitos atores.

De fato, um mundo construído pela informação não é produto da vontade onipotente de poucos manipuladores (exceto que se hipotetize uma sociedade do Grande Irmão), mas é fruto do ajustamento contínuo dos quadros cognitivos, das escolhas motivacionais, dos processos de aprendizagem de uma grande quantidade de atores sociais, individuais e coletivos. Na verdade, não desaparece o desequilíbrio de poder e, eventualmente, a violência mais sutil e difundida daquela física. Mas se instaura uma profunda ambivalência dos processos e uma diversa noção de responsabilidade. [...] Pode-se agir para que a natureza controversa das *issues*, dos grandes debates que atravessam a sociedade, não seja anulada ou ocultada por trás da neutralidade dos procedimentos ou a aparente auto-evidência das questões técnicas. Pode-se, enfim, favorecer, respeitar e promover aquela parte do discurso público que se forma nas redes cotidianas, nas solidariedades submersas, nas escolhas de consumo dos cidadãos. A consciência da natureza construída pelo discurso público, da sua inevitável “parcialidade”, não pode nos obrigar a subestimar nenhum desses planos, nem o peso relativo que cada um deles exerce, esporadicamente, na formação, circulação e assimilação das informações. (MELUCCI, 2001, p.145-146)

O cientista da informação ou o trabalhador da informação pode desempenhar papel estratégico nesses processos. Metodologias como as análises de redes sociais nos estudos de fluxo e transferência da informação, por exemplo, podem ser mecanismos úteis na potencialização das habilidades dos agentes envolvidos e no seu acesso às informações e à construção do conhecimento. Desse modo, poder-se-ia perceber os efeitos das redes para além de seu próprio espaço, nas interações com a sociedade mais ampla, o Estado ou outras instituições significativas: “decisões micro são influenciadas pelo macro, tendo a rede como intermediária” (MARTELETO, 2001, p. 72). A metodologia de análise de redes sociais aponta para a centralidade dos processos de mediação na sociedade contemporânea, podendo trazer subsídios valiosos para se repensar a função política dos mediadores – incluídos aqui os profissionais da informação – nos processos sociais e culturais contemporâneos.

O segundo aspecto a ser considerado é o impacto dos processos de globalização, fortemente relacionados ao uso das novas tecnologias, nas concepções de mediação cultural e da informação. Michael Denning sugere que a “virada cultural” nas ciências sociais – o papel central que se passou a atribuir à cultura como elemento de explicação das dinâmicas sociais – é decorrente do momento histórico correspondente ao pós-guerra e da então divisão do globo em “três mundos” (o bloco capitalista de países desenvolvidos, os países comunistas da Cortina de Ferro e o genérico “Terceiro Mundo”). Entretanto, esse momento foi ultrapassado: “por trás das influentes discussões da globalização como processo reside o reconhecimento de uma transição histórica, da globalização como o nome do fim, não da história, mas do momento histórico da era dos três mundos.” (DENNING, 2005, p. 19). Assim, o que foi em larga medida uma referência para a “Nova Esquerda” de inspiração gramsciana – o diálogo com uma concepção de cultura “nacional-popular” e as decorrentes formas de luta contra o imperialismo cultural – devem ser repensadas, hoje, no contexto de fluxos transnacionais de cultura.

Para Néstor Garcia Canclini, a decadência das utopias de integração latino-americana e dos processos econômicos neoliberais de abertura comercial trazem a necessidade de se repensar as políticas culturais e de desenvolvimento. A própria “viabilidade” da América Latina estaria em crise, isso porquê “grande parte dessa viabilidade se manifesta globalmente de três modos: como produtores culturais, como migrantes e como devedores”(CANCLINI, 2003, p. 21) Ele não esquece a realidade concreta das desigualdades econômicas que se manifestam a nível global, regional e local (sendo talvez a motivação principal dos processos migratórios ora em curso, que afetam 10 % da população dos países latino-americanos que hoje vive no exterior), mas lembra que

Se é possível reverter a decadência econômica e social das nações latino-americanas, será necessário começar por transcender as formas predominantes de globalizar-nos como migrantes e devedores, e impulsionar um novo lugar no mundo como produtores culturais. Não se trata de acreditar que vamos nos salvar pela cultura. Mas, talvez, nos ocupando de questões culturais, consigamos demonstrar que nem tudo depende das dívidas. (CANCLINI, 2003, p. 37)

O que Canclini advoga é a formulação de políticas socioculturais que promovam tanto a expressão multicultural de nossas sociedades, como também proporcionem o avanço científico e tecnológico – ambos centrados no crescimento da participação democrática de seus cidadãos. Por outro lado, as dinâmicas culturais internas de cada país estão, agora, estreitamente vinculadas às dinâmicas externas com as quais interage (e muitas vezes depende). Além disso, é necessário se (re) pensar as inter-relações estabelecidas hoje entre a cultura e as demais dimensões da vida social: economia, política, educação, etc³. O desafio, portanto, é imenso, e os processos de mediação, partindo-se desse quadro complexo, tendem a ter suas definições e seu escopo de incidência consideravelmente ampliados. No contexto de uma discussão sobre a construção de bancos de dados voltados para a cultura, Teixeira Coelho fornece-nos um exemplo do que pode (e deve) ser essa atividade de mediação da informação numa perspectiva social e política:

Se a finalidade última de um banco de dados é o empoderamento da sociedade civil, o sistema que gera esses dados deve ocupar-se também com a distribuição deles e a orientação para o seu uso. Há dois modos de consegui-lo: o inerte (como sempre em cultura) e o pró-ativo. No primeiro, disponibilizam-se os dados secos – na internet, por exemplo: quem quiser, lá os encontrará. Provavelmente isso não basta. De acordo com o outro modo, disponibilizam-se amplamente os dados e *forneem-se suas chaves de leitura. Quem os produz deve também ser capaz de apresentar-se como os primeiros a fazê-los entendidos.* (COELHO, 2003, p. 230, grifos meus)

O *terceiro ponto*, que mereceria uma discussão maior mas que, no escopo desse trabalho receberá apenas uma breve menção, relaciona-se à *formação* de profissionais da Ciência da Informação aptos a enfrentar os desafios mencionados nos dois pontos anteriormente analisados. Se hoje soa utópico ou ingênuo pensar num perfil de profissional da informação como “intelectual orgânico” em função da série de mudanças pelas quais passou o mundo contemporâneo e o Brasil em particular, tampouco vale apontar para um perfil “técnico” que, na sua aparente neutralidade, escamoteia questões sociais e políticas relevantes. A inserção dos profissionais de informação nos processos culturais atentando para sua função de construção da hegemonia parece-me, nesse sentido, um dos focos a ser privilegiado numa formação que se quer crítica. As reflexões aqui desenvolvidas acerca do conceito de mediação e do papel dos mediadores são apontamentos – parciais e incompletos, sem dúvida – nesse sentido.

Referências Bibliográficas:

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science* (JASIS), v. 5, n. 5, p. 351-360, 1991.

- CANCLINI, Néstor Garcia. *A socialização da arte: teoria e prática na América Latina*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- _____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- _____. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- _____. La modernidade después de la posmodernidad. In: BELLUZZO, Ana M. M.: *Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo, Edusp/Memorial da Am. Latina, 1990.
- _____. Reconstruir políticas de inclusão na América Latina. In: UNESCO Brasil (org.) *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. pp. 20-37.
- CERTEAU, Michel. *L'invention du quotidien I – arts de faire*. Paris: Éditions Gallimard, 1990.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- COELHO, Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- _____. Banco de dados: do inerte cultural à cultura da vida. In: UNESCO Brasil (org.) *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. pp. 217-232.
- DAVALLON, Jean. La médiation: la communication en procès? *MEI: Médias et Information* n° 19 (Médiations & Médiateurs). UFR Communication de L'Université Paris 8, 2003, p. 37-59.
- DENNING, Michael. *A cultura na era dos três mundos*. São Paulo: Francis, 2005.
- FREIRE, Paulo. Alfabetização de adultos e bibliotecas populares – uma introdução. In: *A importância do ato de ler*. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1983, p. 25-41.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.
- HALL, Stuart. Estudos culturais e seu legado teórico; Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: SOVIK, Liv (org.) *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. pp. 199-218 e 247-264.
- HALL, Stuart *et alli*. Política e Ideologia: Gramsci. In: CENTRE for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham (org.) *Da Ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. pp. 60-100.
- JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 3ª ed. pp. 07-131.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (coord.): *Comunicação, hegemonia e contra-comunicação*. São Paulo: Cortez/Intercom, 1982.
- MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, v. 30, n. 1, Brasília: IBICT, jan-abr 2001, pp. 71-81.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- _____. *Indústrias Culturais: Modernidade e Identidade*. In: KUNSCH, Margarida M. K. (org.): *Indústrias culturais e os desafios da integração latino-americana*. São Paulo: Intercom, 1993. pp. 21-36.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

- O'SULLIVAN, Tim et alli. *Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura*. Piracicaba, SP: Unimep, 2001.
- OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (eds). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *Dicionário breve da informação e da comunicação*. Lisboa: Presença, 2000.
- SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- SHULMAN, Norma. O *Centre for Contemporary Cultural Studies* da Universidade de Birmigham: uma história intelectual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 3ª ed. pp. 167-224.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WOLTON, Dominique. *Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- _____. *É preciso salvar a comunicação*. São Paulo: Paulus, 2006.

¹ Utilizo o termo em inglês para referenciar claramente o movimento intelectual fortemente marcado por uma renovada leitura do pensamento marxista e que se consolidou na Inglaterra entre o final dos anos 50 e início dos anos 70, diferenciando-o do hoje amplamente utilizado termo “estudos culturais” que abrange um arco muito mais amplo em termos de países de origem e de referências teóricas e temáticas.

² “Os fundamentos marxistas dos Estudos Culturais de Birmingham fazem com que eles se tornem, entre outras coisas, potencialmente generalizáveis para outras culturas – embora a questão de se saber se os Estudos Culturais Britânicos são de fato ‘exportáveis’ para outros países tenha sido objeto de consideráveis debates acadêmicos, particularmente nos Estados Unidos, onde tentativas foram feitas por Carey (1983) e outros para neutralizar seu – por vezes virulento – anticapitalismo, retendo, ao mesmo tempo, seu vocabulário crítico geral.” (SHULMAN, 2006: 208)

³ No limite, haveria a necessidade de se discutir o que é *cultura* hoje, e o que pode ser definido como *atividade cultural* – discussão que, dadas as condições, foge ao escopo desse trabalho.